

**DO PRODUTIVISMO, AO NEOPRODUTIVISMO, PARA O PÓS-
PRODUTIVISMO NO ESPAÇO RURAL: contextualização do debate
teórico e possibilidades de práticas inovadoras em territórios catarinenses**

Valdir Roque Dallabrida - Geógrafo, doutor em Desenvolvimento Regional, professor e pesquisador com atuação no Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (Campus Canoinhas -SC). Contato: valdirdallabrida@gmail.com

Eliziane Luiza Benedetti - Agrônoma, doutora em Solos e Nutrição de Plantas, professora e pesquisadora do Instituto Federal Santa Catarina (Campus Canoinhas-SC), atualmente, pós-doutoranda no Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado.

Contato: eliziane.benedetti@ifsc.edu.br.

Alexandre Assis Tomporoski - Historiador, doutor em História, professor e pesquisador com atuação no Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (Campus Canoinhas-SC). Contato: assis.historia@gmail.com.

Resumo

Apesar da hegemonia das abordagens e práticas predominantemente produtivistas, nas últimas décadas o espaço rural tem começado a ser pensado na perspectiva da valorização dos recursos e ativos do território, considerando suas especificidades, da preservação dos recursos naturais, das tradições e saber fazer local e da manutenção da biodiversidade (vegetal, animal e cultural), com um mínimo de autonomia. Tais perspectivas podem ser consideradas um primeiro passo rumo à multifuncionalidade ou pluriatividade da agricultura, na forma de sistemas produtivos agroecológicos e diversificados, o que consideramos possibilidades de superação de práticas produtivistas. Quais possibilidades de avanços, com seus desafios e perspectivas, considerando territórios que ainda preservam áreas significativas de remanescentes florestais nativos? É a questão que orienta este texto. Tendo como parâmetro abordagens teóricas recentes, analisamos a realidade do Planalto Norte Catarinense, fazendo prospecções no sentido de avançar de práticas essencialmente produtivistas para outras de caráter pós-produtivista. Neste sentido, vislumbram-se perspectivas de práticas produtivas sustentáveis, que atendam aos princípios da multifuncionalidade e manutenção da biodiversidade, como novas oportunidades de geração de trabalho e renda no território em referência.

Palavras-Chave: Produtivismo. Pós-Produtivismo. Espaço Rural. Desenvolvimento Territorial. Planalto Norte Catarinense.

1. Introdução

Impelidos pelo desafio, embora cientes da ousadia, neste artigo cogitamos propostas alternativas de arranjos produtivos ou experiências de associativismo territorial, com o intuito de valorizar determinado território e atender a uma demanda diversificada, notadamente por produtos oriundos de processos de produção sustentáveis (nos aspectos econômico, social, cultural e ambiental), transcendendo os sistemas produtivos de caráter produtivistas, plenamente consolidados.

Sob o ponto de vista teórico, exige-se que tais propostas alternativas estejam fundamentadas em literatura que faça referência a enfoques recentes, tais como: Multifuncionalidade ou Pluriatividade da Agricultura, Sistemas Agroalimentares Localizados, Sistemas Agroflorestais, Cestas de Bens e Serviços com Identidade Territorial, Territórios-Rede e Ator-Rede, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial¹. As práticas que se enquadram em tais enfoques teóricos, costumam ser denominadas pós-produtivistas.

Portanto, a atenção incide sobre um conjunto de abordagens teóricas que convergem minimamente com a perspectiva de superação de práticas produtivistas, que podem (ou não) transitar pelo neoprodutivismo, visando práticas pós-produtivistas. Convém que tais práticas se coadunem, também, com a valorização dos recursos e ativos do território, considerando as especificidades, a preservação e revalorização dos recursos naturais, a manutenção da biodiversidade (vegetal, animal e cultural), as tradições e saber fazer local, com um mínimo de autonomia.

Neste contexto, algumas questões nos instigam: quais as possibilidades latentes?; quais as novas práticas admissíveis?; quais os fundamentos teóricos que poderão viabilizar a implementação destas novas práticas, suplantando a perspectiva produtivista?

Com o propósito de investigar as questões supramencionadas, inicialmente introduzimos o debate teórico sobre o pós-produtivismo, com foco em espaços rurais, sem prescindir dos impactos do produtivismo, com rápida alusão ao neoprodutivismo. Com base nesta abordagem e almejando obter respostas acerca de novas práticas que possibilitem transcender os sistemas produtivistas, discorreremos sobre duas alternativas: uma experiência já consolidada, as cooperativas descentralizadas; uma proposta inovadora, amparada em prospecções sobre o território do Planalto Norte Catarinense.

2. Procedimentos metodológicos e caracterização dos casos analisados

O presente texto integra-se a dois processos de investigação: (a) execução de projetos de pesquisa com aporte de recursos provenientes do CNPq (*Signos Distintivos Territoriais e*

Indicação Geográfica; Estratégias de especificação de Ativos Territoriais como alternativa de Desenvolvimento), (b) plano de atividades de estágio pós-doutoral².

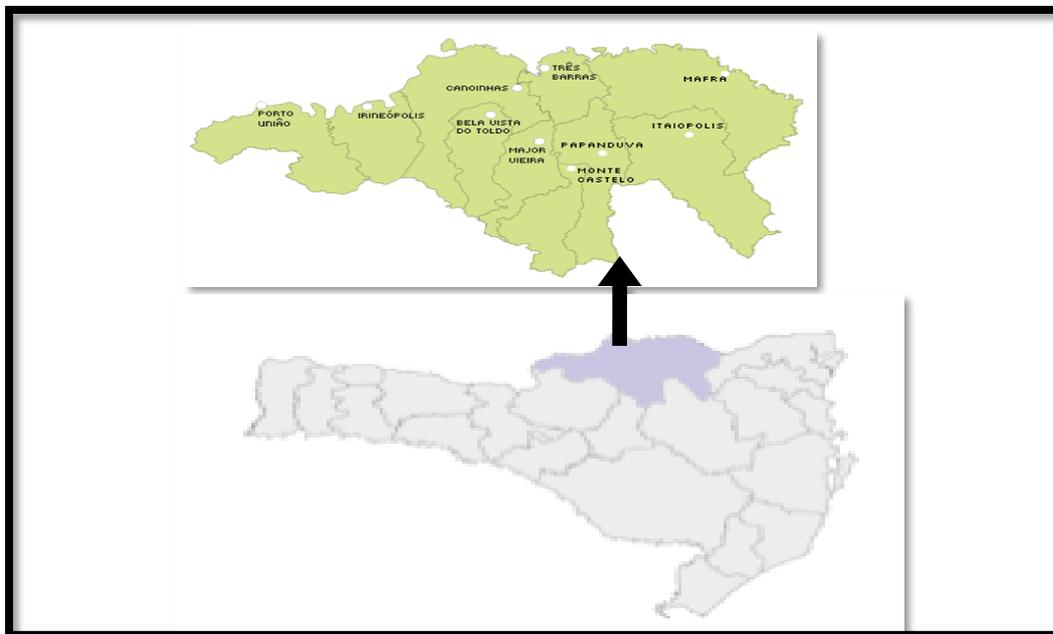
Portanto, o texto resulta de estudos teóricos e ampla consulta bibliográfica, além de observações de campo, propiciando, no que concerne a primeira proposta alternativa para prática de gestão inovadora, a sistematização da abordagem teórica aqui referida e o registro da experiência das cooperativas descentralizadas, e, em relação à segunda proposta alternativa, referências à realidade vivenciada no Planalto Norte Catarinense, com isso, priorizando enfoque metodológico de caráter qualitativo e exploratório.

2.1 Caracterizando os objetos de análise

2.2.1 O Território do Planalto Norte Catarinense

Visando estabelecer o recorte territorial para análise, considera-se a área de abrangência da Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense (Amplanorte) – doravante denominada simplesmente por Território da Amplanorte ou abreviatura TAM – conforme representado na Figura 1. A partir de uma sucinta caracterização socio-histórica e econômico-ambiental, adiante elaboramos as considerações, tendo como parâmetros as concepções teóricas aqui contempladas.

Figura 1- Municípios que integram a Amplanorte



Fonte: Elaboração própria

No recorte territorial em referência, predomina uma matriz produtiva que não contribui para um processo de desenvolvimento territorial sustentável, nos aspectos social, econômico, cultural e ambiental, pois, como ocorre em geral, sustenta-se em práticas

1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional:
Sustentabilidade socioeconômica e ambiental no contexto regional

produtivistas, com destaque para a atividade agrícola, o que resulta na produção de *commodities*, a exemplo do tabaco, soja milho e produtos da monocultura silvícola, neste caso, pela presença regional de indústrias de papel e celulose. Tal matriz produtiva decorreu do processo histórico de formação do TAM, como parte do Território do Contestado, desde o Caminho das Tropas, no século XVIII, até o advento do capital estrangeiro, no início do século XX, e a influência deste último para a deflagração da Guerra do Contestado (1912-1916). Referimo-nos às formas de intervenção caracterizadas pela exploração predatória dos recursos naturais, em especial da vegetação nativa da Mata Atlântica, regionalmente representada pela Floresta Ombrófila Mista (FOM), inicialmente com atividades de exploração madeireira e mais tarde com a introdução da exploração industrial da erva mate.

Da FOM, atualmente há remanescentes florestais em diferentes estágios de regeneração, os quais, segundo estudo realizado recentemente, geram cobertura florestal para uma área entre 35% a 45% dos solos da região do TAM (SCOLARO e TABASCO, 2015). Neste representativo recorte da região em referência, estão presentes Áreas de Preservação Ambiental, protegidas pela legislação. No entanto, uma parcela destas áreas poderia ter novos usos, por meio de um manejo florestal sustentável, na perspectiva de sua regeneração, com atividades que permitam a geração de renda aos seus proprietários. A presença da araucária e da erva mate, representa uma das alternativas possíveis³.

Portanto, no Território da Amplanorte se apresentam possibilidades de intervenção pautadas em práticas produtivas que poderiam suplantar o caráter produtivista e depredador tanto dos recursos naturais quanto da biodiversidade, que historicamente imperaram na região. Sobre as atividades produtivas que atualmente ainda podem ser consideradas predatórias, nos referimos, além do cultivo de cereais e do tabaco, comuns na região, em especial, à monocultura silvícola, com espécies exóticas e invasivas (pinus e eucalipto), que cobrem entre 12% e 16% dos solos do Planalto Norte Catarinense. Dados indicam que houve uma expansão da silvicultura, no período de 1984 até 2011, mediante um incremento em mais de 100% na ocupação de áreas de terras, com tendência a avançar sobre as áreas de remanescentes florestais nativos (SCOLARO e TABASCO, 2015).

Por outro lado, avanços no sentido da superação de práticas produtivistas podem ser direcionados para as áreas de remanescentes florestais nativos. Enfatizamos, em particular, a possibilidade de se viabilizar diferentes formas de geração de trabalho e renda, de modo sustentável, por exemplo, a ampliação do cultivo da erva mate integrado aos remanescentes florestais nativos.

2.2.2 A experiência das cooperativas descentralizadas

Ao mencionar as cooperativas descentralizadas, nos referimos a um tipo especial de inovação organizacional que agrupa agricultores familiares em estruturas de serviços, comercialização e/ou industrialização, do tipo agroindústrias rurais familiares, turismo rural, artesanato e prestação de serviços correlatos. Neste texto, nos restringimos ao padrão de cooperativas presentes em diferentes regiões do Estado de Santa Catarina. Para uma breve menção utilizaremos, a título de referência, textos publicados em Estevam e Mior (2014). Neste contexto, inovação é concebida como apropriação social de uma novidade, submetida ao crivo social e ao reconhecimento coletivo, na busca de soluções aos problemas diários, conforme destacado por Schneider e Menezes (2014).

As cooperativas descentralizadas exemplificam inovação como apropriação social de uma novidade. Surgem como alternativas para o processamento, industrialização e comercialização de produtos agrícolas e pecuários, produzidos por agricultores familiares, caracterizando-se como estruturas organizacionais inovadoras, por exemplo, superando desafios de caráter estrutural e de ordem legal, enfrentados por agroindústrias familiares. São estruturas organizacionais constituídas na forma de redes. Assim são definidas as cooperativas descentralizadas:

[...] forma de organização cooperativa que abriga diversos empreendimentos e diversas atividades da agricultura familiar constituída por uma sede e por unidades de produção e/ou filiais da cooperativa de produção agroindustrial localizadas nas propriedades ou nas comunidades rurais dos cooperados... Permite a constituição de empreendimentos de agregação de valor de forma descentralizada por meio da formalização por contrato de comodato "cessão e uso" para a cooperativa. Para fins de legalização, as unidades são repassadas à cooperativa através de contrato de comodato (MIOR et al., 2014, p. 30).

Complementam os autores:

[...] organizações de agricultores ou grupos de empreendimentos, que tem por objetivo melhorar as condições de inserção socioeconômica e a competitividade dos agricultores familiares no mercado. Portanto, organizações que facilitam a compra de insumos e matéria-prima, a transformação agroindustrial, a comercialização, o compartilhamento de estruturas, logística ou conhecimento, entre outras funções, constituídas na forma de condomínios; cooperativas por produto; cooperativas descentralizadas e suas filiais e unidades de cooperativas; e centrais de cooperativas... A lógica de funcionamento destas cooperativas é a busca de economias de escala nas operações de produção e comercialização (MIOR et al., 2014, p. 30-31).

1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional:
Sustentabilidade socioeconômica e ambiental no contexto regional

Portanto, estas cooperativas descentralizadas se assemelham às cooperativas virtuais, destinadas a viabilizar a comercialização da produção de agricultores familiares associados, sem, contudo, constituir unidades agroindustriais (MIOR et al., 2014). Em ambos os casos, uma das estratégias de comercialização utilizadas consiste nas feiras livres, dentre tantas outras possíveis. São formas organizacionais legalizadas para extinguir a figura do atravessador, criando uma relação direta entre o produtor e o consumidor, com isso, reduzindo custos desta transação e possibilitando, simultaneamente, maiores ganhos aos produtores e menores preços para os consumidores. Além disso, trata-se de práticas de empreendedorismo individuais ou coletivas.

Novas práticas produtivas exigem uma nova postura teórica, que melhor fundamentem intervenções inovadoras, tais como as referenciadas neste texto.

3. Referencial teórico

As abordagens teóricas utilizadas para referenciar as mudanças ocorridas no espaço rural – no decorrer das últimas décadas – em geral, utilizam categorias teóricas tais como produtivismo, neoprodutivismo e/ou pós-produtivismo.

3.1 Do produtivismo, ao neoprodutivismo para o pós-produtivismo no espaço rural: revisão do estado da arte

A literatura que trata das mudanças ocorridas na agricultura, tanto as características quanto os estudos de caso, provém preponderantemente de países Europeus, principalmente França, Reino Unido e Espanha. Informações referentes ao Brasil foram abordadas por Dufumier e Couto (1998), onde apresentam as mudanças do produtivismo para o neoprodutivismo no país.

As atividades desenvolvidas pelo setor agrário mundial, durante muito tempo, foram voltadas basicamente para produção de alimentos. Dessas características surgiu o modelo produtivista (LOWE et al., 1993). A ênfase na produção e na produtividade, com o apoio do Estado, fica evidente nesse conceito. Reflete a realidade vivenciada pela União Europeia, onde os subsídios, principalmente governamentais, direcionados à agricultura produtivista, sempre foram superiores quando comparados a destinação de recursos para agricultura alternativa (CAZELLA e ROUX, 1999). No Brasil, esse panorama não difere. Apenas recentemente, o poder público aplicou incentivos à produção de modo sustentável. Somente em torno do ano 2000, o governo federal instituiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e uma linha de crédito nacional para apoiar os agricultores familiares (Pronaf)

1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional:
Sustentabilidade socioeconômica e ambiental no contexto regional

(LAMINE, 2015), cujas propriedades caracterizam-se pela concentração da produção agroecológica, como base nos princípios da sustentabilidade.

Como ocorreu em outros países, no Brasil, o maior incentivador do sistema produtivista no espaço rural foi o Estado, situação que trouxe consequências para a agricultura, como, por exemplo, a degradação ambiental (KNICKEL, 1990).

O resultado do produtivismo é comprovado facilmente nas paisagens rurais, com as terras sendo usadas para produzir quantidades enormes de alimentos e florestas sendo destinadas às indústrias com alta capacidade produtiva (BERGSTROM, 2002). Nesse modelo, os estabelecimentos agrícolas especializam-se na produção de poucas variedades de mercadorias, em substituição ao sistema de diversificação. O agricultor utiliza, cada vez mais, insumos industriais, e pratica a venda para o mercado, em detrimento do autoconsumo, além da substituição dos conhecimentos tradicionais pelos conhecimentos técnicos e padronizados (DUFUMIER e COUTO, 1998).

No entanto, mudanças ocorreram nesse sistema de produção, propiciando novas perspectivas para o meio rural. A transição pós-produtivista significa uma progressiva mudança das tendências e das características apresentadas para definir o desenvolvimento agrário, manifestando-se desde a Segunda Guerra Mundial até os anos 80 (ILBERY e BOWLER, 1998), perpassando pelo neoprodutivismo, que resulta da diversificação de modelos nos quais se embasa o desenvolvimento agrícola desde a crise do produtivismo (DUFUMIER e COUTO, 1998), culminando com o pós-produtivismo, modelo no qual prevalecem como principais características a qualidade e multifuncionalidade da agricultura (ILBERY e BOWLER, 1998).

As preocupações sobre a autossuficiência, no período pós Segunda Guerra Mundial, foram substituídas por preocupações sobre a gestão e eliminação de excedentes de alimentos, os custos de subsídios agrícolas e os problemas ambientais decorrentes da agricultura intensiva (WARD et al., 2008).

No entanto, em meados da década de 1980, ocorreram mudanças no setor agrário, as quais resultaram na introdução do conceito de pós-produtivismo. Esse conceito incorpora as novas funções da agricultura, no que se refere à diversificação da economia rural com atividades relacionadas principalmente ao setor terciário, resultando no que tem sido denominado de agricultura multifuncional, multidimensional e polivalente (ARMESTO LÓPEZ, 2005).

Vários termos são usados para caracterizar o pós-produtivismo, tais como: regime de agricultura multifuncional (WILSON, 2001); modernização ecológica (EVANS et al., 2002);

1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional:
Sustentabilidade socioeconômica e ambiental no contexto regional

agricultura multifuncional (BJÖRKHAUG e RICHARDS, 2007) e multifuncionalidade (ALMSTEDT, 2013; ROCHE e ARGENT, 2015). Entretanto, observa-se que apenas a nomenclatura difere, visto que as características que os termos expressam são similares.

As melhores caracterizações do pós-productivismo foram apresentadas e discutidas por Ilbery e Bowler (1998), Wilson (2001) e Evans et al. (2002). No Quadro 1, são evidenciadas as principais obras que destacam algumas características (e/ou propostas) do pós-productivismo:

Quadro 1: Quadro síntese com as principais obras, categoria conceitual utilizada e características e/ou propostas para agricultura pós-productivista

Autor(es)/obra(s)	Categoria conceitual utilizada (proposta)	Características e/ou propostas para agricultura pós-productivista
Evans e Ilbery (1993)	Multifuncionalidade do espaço rural	Propõem a utilização da agroecologia e a multifuncionalidade dos espaços rurais
Ilbery e Bowler (1998)	Pluriatividade	Diminuição da poluição, dispersão da produção e estímulo ao turismo rural
Cazella e Roux (1999)	Multifuncionalidade	Qualidade dos alimentos, proteção do meio ambiente e valorização dos diferentes tipos de territórios
Wilson (2001)	Agricultura multifuncional	Agricultura com respeito ao meio ambiente
Evans et al. (2002)	Modernização ecológica	Foco na produção de alimentos de qualidade e uma agricultura sustentável ambientalmente
Armesto López (2005)	Multifuncionalidade da agricultura	Qualidade do alimento deverá substituir a busca pelo aumento de produção

Fonte: Elaboração própria

Inicialmente, Ilbery e Bowler (1998) salientam em sua obra as três dimensões da mudança, as quais consistem em: substituição da intensificação pela extensificação, concentração pela dispersão e a especialização para a diversificação. De acordo com esses autores, a extensificação diminui os níveis de poluição ambiental e restaura os *habitats* naturais. Acerca da dispersão, a subdivisão da propriedade em unidades menores, possibilita dispersar a produção agrícola e reduzir a produção concentrada em poucas fazendas de grande porte. A diversificação, em detrimento da especialização, caracteriza-se pela pluriatividade, pela prática do turismo rural e outras formas de recreação no espaço rural.

Conforme Wilson (2001), a conceituação sobre pós-productivismo deve considerar aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais. Em sua obra, faz um comparativo entre as características do productivismo com o pós-productivismo, em relação à ideologia, atores envolvidos, regime alimentar, políticas agrícolas, técnicas de cultivo e impactos ambientais. Além disso, Evans et al. (2002) destacam cinco categorias para caracterizar o pós-productivismo, sendo: a mudança da produção focada na quantidade para a qualidade dos alimentos, pluriatividade, promoção de agricultura sustentável por meio de políticas agro

1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional:
Sustentabilidade socioeconômica e ambiental no contexto regional

ambientais, dispersão de padrões de produção e reestruturação do apoio do governo para a agricultura.

As novas funções da agricultura se encontram entre as atividades precípuas para o desenvolvimento rural (CAZELLA e ROUX, 1999), sendo que houveram várias tentativas de definir a diversificação no meio rural (ILBERY, 1991). Considerando esse aspecto, a partir daqui iremos caracterizar algumas dessas atividades.

Inicialmente, é necessário caracterizar desenvolvimento rural. O conceito defendido por Ploeg et al. (2000) considera o desenvolvimento rural como uma combinação entre forças internas e externas, de determinada região, onde atores das áreas rurais se envolvem na criação de novos produtos e serviços, tendo em vista novos mercados, buscando reduzir custos a partir da implementação tecnológica. Além disso, Ilbery et al. (2005) destacam que, em debates sobre desenvolvimento rural, tem-se defendido a mudança paradigmática do modelo produtivista para outro modelo, visando, entre outras transformações, re-conectar a produção ao consumo de alimentos.

Partindo da premissa de que o desenvolvimento rural contempla a criação de novos produtos e serviços (PLOEG et al., 2000), obtemos as novas funções da agricultura ou as novas tendências da agricultura pós produtiva.

Esse enfoque pós-produtivista, com o uso do termo multifuncionalidade da agricultura, é defendido por Armesto López (2005), tratando a qualidade como elemento chave da nova agricultura, pretendendo substituir a busca pelo aumento de produção. Hervieu (1996) também relata essa nova preocupação, ao afirmar que a noção de qualidade é tão importante para a década em que vivemos como a quantidade foi para o período do pós guerra.

A qualidade é uma das características mais importantes no regime pós-produtivista. A busca dessa característica é impulsionada pelo aumento da demanda dos consumidores por produtos saudáveis e de qualidade (ILBERY e BOWLER, 1998; WILSON, 2001; ARMESTO LÓPEZ, 2005; MATHER et al., 2006), sendo que a percepção da qualidade integra um processo no qual o consumidor exige certas características que considera relevantes a um produto, como peculiaridades do processo de produção e certificação (ILBERY e KNEAFSEY, 2000).

Cazella e Roux (1999) também usam o termo multifuncionalidade para caracterizar o conjunto de ações relacionadas às atividades agrícolas, que tratam da qualidade dos alimentos, a proteção do meio ambiente e a valorização dos diferentes tipos de territórios, além de considerarem a agricultura multifuncional um importante mecanismo do processo de vitalização rural.

1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional: Sustentabilidade socioeconômica e ambiental no contexto regional

Armesto López (2005) inclui, além da qualidade, a proteção à biodiversidade e às paisagens rurais e a geração de emprego como características de multifuncionalidade. Características defendidas por Cazella e Roux (1999), consideram esse tipo de agricultura uma possibilidade para inserção social e profissional, com a alocação dos membros da unidade familiar tendendo a destacar a agricultura nas estratégias de desenvolvimento rural.

Dentro desse conceito de agricultura dual, Abramovay (1994), enfatiza que esse tipo de agricultura se apresenta como uma forma de resolver, ao mesmo tempo, os problemas de preservação do meio ambiente e a necessária redução dos excedentes agrícolas. A agricultura dual é caracterizada por uma minoria de agricultores produtivistas, responsáveis pela maior parcela da produção agropecuária e, ao lado desses, os agricultores “jardineiros da natureza”, cuja principal função social é cuidar da paisagem e garantir a integridade do território.

De acordo com Ilbery e Kneafsey (2000, p.219), dentre os parâmetros que contribuem especificamente para consolidação do sistema de qualidade, destacam-se a certificação do produto por uma entidade externa, a vinculação do produto com o território, a especificidade dos meios de produção utilizados e a atratividade do produto para o consumidor.

Em relação à vinculação do produto com o local de origem, se destaca a aproximação do consumidor ao produtor. Contudo, essa aproximação não diz respeito somente ao tempo e a distância percorrida pelo produto, e sim as informações contidas no produto, tais como o local de produção, manejo adotado, pessoas envolvidas (TRICHES e SCHNEIDER, 2015), além de processos culturais e tradicionais utilizados (PULPÓN, 2013), o que gera uma sensação de identificação do consumidor para com o produtor, além da possibilidade de distinção entre produtos, passando maior confiabilidade ao consumidor.

O consumidor deve ser um agente ativo para a implementação de um novo modelo agroalimentar, onde o consumo deve estar envolvido em novas dinâmicas e políticas, que remetem a valorações do local, da qualidade dos alimentos e da relação do meio urbano com o meio rural (TRICHES e SCHNEIDER, 2015). Em adição, também há a possibilidade de uma aproximação mais efetiva entre esses dois atores da cadeia produtiva, desde que haja uma estrutura para receber pessoal no local de produção. Para que se efetive esse tipo de atividade, outras “atrações” devem ser implementadas, como artesanato, comidas típicas, passeios, etc.

Considerado que amiúde a renda gerada pela agricultura é insuficiente, uma reestruturação contemporânea pode ser vantajosa, a qual envolve uma mudança da produção agrícola para uma ampla gama de atividades não agrícolas (EVANS e ILBERY, 1993).

Desta forma, as mudanças pós-produtivistas instigam a ponderar o meio rural não apenas como local para produção de alimentos, e sim um espaço onde podem ser exploradas

1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional:
Sustentabilidade socioeconômica e ambiental no contexto regional

diversas aptidões, aliada à implementação de uma agricultura sustentável, a qual preconiza a prática de uma agricultura que responda às necessidades atuais, sem colocar em risco os recursos naturais para as gerações futuras. Portanto, a sustentabilidade da propriedade agrícola também precisa ser considerada. Segundo Landais (1998), a efetiva sustentabilidade de uma propriedade agrícola é alcançada quando se contempla os componentes econômico, social, intergeracional e o meio ambiente dentro da propriedade.

4. Análises e prospecções

As práticas produtivistas no espaço rural, historicamente e hodiernamente, resultaram em significativos impactos espaciais, como o uso intensivo dos solos, a ampliação das áreas de cultivo agrícola pela concentração das propriedades, com consequências sociais (êxodo rural) e ambientais (contaminação com agrotóxico-agroquímicos) decorrentes. Outra característica deste modelo de produção consiste na subordinação do produtor ao setor comercial e industrial, representado predominantemente pelas empresas do agronegócio. As cooperativas tradicionais, que atuam no setor, em pouco se diferenciam. Ambos atuam impondo uma dinâmica produtiva própria, seja pelo fornecimento de pacotes tecnológicos, seja pelo controle dos insumos e da compra da matéria-prima, suprimindo a autonomia dos produtores.

Considerando a realidade catarinense, em algumas regiões predomina a produção de suínos e aves, em outras, a produção de cereais e tabaco. No caso do Planalto Norte Catarinense, predomina a produção de tabaco, a monocultura silvícola e, em menor escala, a produção de cereais e a pecuária. Entretanto, todos esses segmentos são comandados pelo setor comercial e industrial, sem margem para autonomia, predominando as práticas produtivistas com suas características básicas. Inclusive no caso da produção da erva-mate, o setor produtivo permanece totalmente subordinado ao setor extrativo-industrial, apenas se diferenciando dos demais setores pelo fato de existir um maior número de empresas em operação, distribuídas entre as faixas de pequeno, médio e grande porte.

Para fins de análise e prospecção, neste texto serão utilizadas apenas três variáveis: (i) a subalternidade, ou seja, a subordinação do produtor ao setor comercial e industrial; (ii) a verticalização do processo produtivo, ou seja, sistemas de gestão do processo produtivo hierárquicos, impositivos, sem margem para interferência do produtor; (iii) relação sociedade-natureza predatória, por exemplo, pela predominância de práticas de contaminação de solos e água, de redução da biodiversidade e especialização produtiva.

**1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional:
Sustentabilidade socioeconômica e ambiental no contexto regional**

A partir destas variáveis, faremos uma análise das condições tradicionalmente presentes no sistema produtivista em contraposição ao sistema pós-produtivista, relatando os avanços e/ou prospectivas viáveis sob a perspectiva de práticas do tipo pós-produtivistas. Para melhor evidência, as análises foram sintetizadas no Quadro 2.

Quadro 2- Avaliação de duas experiências quanto ao tipo de práticas produtivas

Experiências de agricultores familiares de diferentes regiões de SC		
Variável	Na condição Produtivista	Na condição Pós-Produtivista
Relações de subalternidade entre produtor e setor empresarial	Agricultores interagindo no mercado de forma isolada, submetidos aos interesses, seja do comércio local, de grandes agroindústrias ou de cooperativas tradicionais. Nesta condição, se acentuam situações de subordinação do produtor e da produção aos determinantes do mercado.	Com a estruturação de cooperativas descentralizadas (COD), os agricultores, na condição de associados, sustentados na ação coletiva, definem o sistema produtivo e interagem no mercado com relativa autonomia. Tal forma de organização da produção facilita uma relação em rede entre produtor e consumidor.
Verticalização e/ou especialização produtiva	Produtores, independentemente do tamanho, são impelidos pelo mercado a assumir determinados padrões tecnológicos, tipologia de produtos, por meio de relações verticais, resultando em especialização produtiva.	Com as COD, os agricultores podem definir padrões tecnológicos próprios e tipologia de produtos que atendam necessidades do mercado, tendendo à diversificação produtiva como condição de competitividade, predominando entre eles relações horizontalizadas.
Relação sociedade <i>versus</i> natureza	Nas práticas produtivistas, o fator preponderante é a produtividade. Assim, predominam práticas que contribuam para atingir esse objetivo: dominância de monocultivos, da transgenia, uso intensivo do solo, de agroquímicos tóxicos, produção em larga escala, o que exige a concentração da propriedade e produção mecanizada. Disso resulta: produtos de qualidade duvidosa, exclusão social, contaminação ambiental, redução da biodiversidade, etc.	Em função do pequeno tamanho das propriedades, o cuidado com a terra passa a ser condição de sobrevivência, logo, os cuidados com a preservação ambiental e manutenção da biodiversidade preponderam, contribuindo para a qualificação da produção. Além disso, pela condição da ação coletiva e as relações de proximidade, facilita, por exemplo, a difusão da consciência ambiental. Disso resulta, em especial, produção de qualidade, seja para nichos de mercado ou consumo de massa.
Experiência do Planalto Norte Catarinense		
Variável	Na condição Produtivista	Na condição Pós-Produtivista
Relações de subalternidade entre produtor e setor empresarial	Agricultores interagindo no mercado de forma isolada, submetidos aos interesses, sejam do comércio local, de grandes agroindústrias. Nesta condição, acentuam situações de subordinação do produtor e da produção aos determinantes do mercado. Exemplificando: (a) no caso do tabaco e da matéria-prima do setor papelero (pinus e eucalipto), a produção é articulada, em	Para o caso da produção de tabaco, cereais, pecuária e cultivos silvícolas, os avanços máximos possíveis de vislumbrar consistiriam na inserção de práticas agroecológicas, pois se trata de setores fortemente dominados pelo grande agronegócio. Deteremo-nos no caso da erva-mate. Uma das condições para o estabelecimento de relações menos subalternas no setor produtivo é a organização, em especial, dos pequenos produtores. Inicialmente, precisam se organizar como fórum de representação, podendo ocorrer sob a forma de associação de produtores. No entanto, avanços relevantes exigem que se

**1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional:
Sustentabilidade socioeconômica e ambiental no contexto regional**

	<p>geral, por uma única empresa regional; (b) no caso de cereais e da pecuária, atuam empresas comerciais e cooperativas tradicionais; (c) no caso da erva-mate, a margem de decisão dos produtores é insignificante, pois os preços são impostos pela indústria.</p>	<p>estruturem para interagir no processo de beneficiamento da produção. Uma possibilidade é a organização na forma de cooperativa de produção, pois só assim poderão ter maior controle sobre preços e qualidade do produto, a exemplo das COD.</p>
<p>Verticalização e/ou especialização produtiva</p>	<p>Da mesma forma que afirmado em relação aos agricultores familiares, os produtores são impelidos pelo mercado a assumir determinados padrões tecnológicos, tipologia de produtos, por meio de relações verticais, resultando em especialização produtiva.</p>	<p>No caso da erva-mate, para a maioria dos produtores, o produto não representa a atividade principal. Este pode ser um fator positivo, considerando a possibilidade de associar a extração ou plantio da erva-mate na forma de sistemas agroflorestais, atendendo a perspectiva da multifuncionalidade do uso do espaço rural. Com isso, a atividade ervateira pode estar associada a outras atividades, como agro industrialização familiar, artesanato, turismo rural, etc.</p>
<p>Relação sociedade versus natureza</p>	<p>Nas práticas produtivistas, o fator preponderante é a produtividade. Assim, predominam práticas que contribuam para atingir esse objetivo: dominância de monocultivos, da transgenia, uso intensivo do solo, de agroquímicos tóxicos, produção em larga escala, o que exige a concentração da propriedade e produção mecanizada. Disso resulta: produtos de qualidade duvidosa, exclusão social, contaminação ambiental, redução da biodiversidade, etc.</p>	<p>A relação sociedade versus natureza consiste na variável que apresenta as maiores possibilidades de avanços, no que tange as práticas produtivas pós-produtivistas. Identificando, em especial, as áreas do TAM nas quais predominam remanescentes florestais, o consorciamento da erva-mate com espécies nativas, via adensamento ou outras formas de manejo sustentável, permitem, por exemplo: (1) contribuir para a preservação dos atuais remanescentes florestais e até a ampliação da área; (2) oportunizar práticas produtivas sustentáveis, na perspectiva da multifuncionalidade; (3) manter a biodiversidade e, ao mesmo tempo, gerar novas alternativas sustentáveis de geração de trabalho e renda aos pequenos produtores.</p>

Fonte: Elaboração própria

Além das análises e prospecções acima relatadas, duas questões complementares se aduzem. Primeiro, uma contribuição de Covas e Covas (2014, p. 32), afirmando que avanços nos territórios subalternos, na busca de uma territorialidade com mais autonomia, implica em construir "sistemas territoriais complexos e inteligentes", o que consiste em "[...] transitar de uma *cultura-zona* de territorialidade homogênea, para uma *cultura-rede* de multiterritorialidade [...]". Vários aspectos abordados no Quadro 2 atendem a estas proposições. Segundo, a contribuição de Pecqueur (2005), para o qual a cesta de bens e serviços territorializados precisaria atender aos seguintes parâmetros: (1) um conjunto de bens e serviços complementares que reforce a imagem mercadológica do local; (2) uma combinação de bens privados e públicos que contribuam para elaborar a imagem e reputação do território; (3) uma combinação interativa entre os produtores da cesta (clube) a fim de

1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional:
Sustentabilidade socioeconômica e ambiental no contexto regional

internalizar a renda da qualidade territorial. O fornecimento de mercadorias da cesta poderia se constituir em objetivo estratégico para as políticas públicas de desenvolvimento local.

Por fim, manifestamos nosso posicionamento sobre desenvolvimento, pois entendemos que, em sua formulação, há elementos indicativos de dinâmicas territoriais que atendem a perspectiva pós-produtivista.

O desenvolvimento territorial é entendido como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população (DALLABRIDA, 2015b, p. 325).

5. Considerações finais

As práticas produtivistas, consideradas adequadas no passado, ainda se encontram plenamente vigentes. Não obstante os avanços científicos e tecnológicos (nos campos teórico e experimental) expandirem continuamente as fronteiras do conhecimento, as práticas produtivistas permaneceram, destoando das revoluções vivenciadas nas mais distintas áreas da atividade humana. Contudo, as mudanças se impõem inexoravelmente, e, no espaço rural, novas demandas propiciaram o advento das práticas pós-produtivistas, ainda em incipiente adoção.

Enquanto as práticas produtivistas almejam, sobremaneira, a produção e a produtividade, privilegiando a intensificação, a concentração e a especialização, implicando no uso intensivo dos solos, cujas consequências sociais e ambientais são extremamente preocupantes, as práticas pós-produtivistas se propõem, dentre outros aspectos, a diminuir a poluição ambiental, restaurar os habitats naturais, diversificar a produção e prestigiar a qualidade. Deste modo, urge a necessidade de viabilizarmos práticas de gestão inovadoras no setor agrário, que atentem aos anseios da sociedade moderna, refletidos no sistema pós-produtivista.

Neste contexto, no Território da Amplanorte, que integra o Território do Contestado, propomos, neste artigo, duas alternativas de práticas pós-produtivistas, quais sejam: (i) a estruturação de cooperativas descentralizadas, nas quais os agricultores, na condição de associados, sustentados na ação coletiva, possam definir o sistema produtivo e interagir no mercado com relativa autonomia, atendendo as necessidades dos consumidores, tendendo à diversificação produtiva e à qualificação da produção como condição de competitividade,

1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional:
Sustentabilidade socioeconômica e ambiental no contexto regional

preponderando os cuidados com a preservação ambiental, a manutenção da biodiversidade e a difusão da consciência ambiental; (ii) o consorciamento da erva-mate com as espécies nativas da Floresta Ombrófila Mista, desde que os produtores se organizem, *conditio sine qua non*, em associações que os representem efetivamente, permitindo o controle do processo de beneficiamento da produção, a exemplo das cooperativas descentralizadas. O manejo sustentável da erva-mate na forma de sistemas agroflorestais, atende a perspectiva da multifuncionalidade do uso do espaço rural, propiciando a preservação dos atuais remanescentes florestais da FOM (e até mesmo sua ampliação) e a manutenção da biodiversidade, ao mesmo tempo gerando novas alternativas sustentáveis de trabalho e renda aos pequenos produtores.

Portanto, embora tenhamos alertado acerca da ousadia destas propostas, cremos que as práticas pós-productivistas abordadas neste artigo, aplicáveis ao Território da Amplanorte, são, de fato, suscetíveis de implementação e viabilização. Neste sentido, a experiência aqui referida das cooperativas descentralizadas, é apresentada como estrutura inovadora para a gestão de tais práticas.

Consideramos esta uma primeira abordagem. Assim sendo, é um tema para ser retomado no futuro.

6. Referências

- ABRAMOVAY, R. A dualização como caminho para a agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**, v. 24, n° especial, p.157-182, 1994.
- ALMSTEDT, A. **Post-productivism in rural areas: A contested concept**. In: LUNDMARK, L.; SANDSTRÖM, C. (ed.), *Natural resources and regional development theory* (pp. 8-22). Umea: Institutionen för geografi och ekonomisk historia, Umeå universitet. GERUM Kulturgeografisk arbetsrapport. 2013.
- ARMESTO LÓPEZ, X. A. Notas teóricas en torno al concepto de Postproductivismo Agrario. **Investigaciones Geográficas**, n. 36, p.137-156, 2005.
- BENEDIKTSSON, K. **Recreating rural spaces**: Iceland's agricultural regions in a post-productivist era. MOST CCPP Workshop. Joensuu, Finlandia, 2000.
- BERGSTROM, J. Postproductivism and rural land values. Paper presented at **Conference on Land Use Conflicts and Problems sponsored by the Northeast Regional Center for Rural Development**, Orlando, February 2002.

1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional:
Sustentabilidade socioeconômica e ambiental no contexto regional

BJÖRKHAUG, H.; RICHARDS, C. A. Multifunctional agriculture in policy and practice? A comparative analysis of Norway and Australia. **Journal of Rural Studies**, v.24, 98-111, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Número de produtores orgânicos cresce 51,7% em um ano.** Acesso em: 17/09/2015
<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2015/03/numero-de-produtores-organicos-cresce-51porcento-em-um-ano>.

CAZELLA, A. A.; ROUX, B. Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p. 46-69, 1999.

COVAS, A. M.; COVAS, M. M. C. M. **Os territórios-rede: a inteligência territorial da 2ª ruralidade.** Lisboa: Editora Colibri, 2014.

DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Indicação Geográfica e Desenvolvimento Territorial: reflexões sobre o tema e potencialidades no Estado de Santa Catarina.** São Paulo: LiberArs, 2015a.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. L(2º), n. 215, p. 304-328, 2015b.

DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Desenvolvimento Territorial: Políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a Indicação Geográfica como referência.** São Paulo: LiberArs, 2014.

DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Território, Identidade Territorial e Desenvolvimento Regional: reflexões sobre Indicação Geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial.** São Paulo: Editora LiberArs, 2013.

DUFUMIER, M.; COUTO, V. A. Neoprodutivismo. **Caderno CRH**, Salvador, n. 28, p. 81-112, 1998.

ESTEVAM, D. O.; MIOR, L. C. **Inovações na Agricultura Familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina.** Florianópolis: Editora Insular, 2014.

EVANS, N. J.; ILBERY, B. W. The pluriactivity, part-time farming, and farm diversification debate. **Environment and Planning A**, v. 25, p. 945-959, 1993.

EVANS, N.; MORRIS, C.; WINTER, M. Conceptualizing agriculture: a critique of post-productivism as the new orthodoxy. **Progress in Human Geography**, v. 26, p. 313-332, 2002.

FITZPATRICK, T. A post-productivist future for social democracy. **Social Policy and Society**, v. 3, p. 213-222, 2004.

1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional:
Sustentabilidade socioeconômica e ambiental no contexto regional

- HERVIEU, B. **Los campos del futuro**. Serie Estudios, nº 118, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. Madrid, 1996.
- ILBERY, B. W. Farm diversification as an adjustment strategy on the urban fringe of the West Midlands. **Journal of Rural Studies**, v.7, p. 207-218, 1991.
- ILBERY, B. W.; BOWLER, I. From agricultural productivism to postproductivism. In: ILBERY, B. (Ed.). **The Geography of Rural Change**. Longman, Harlow, p. 57-84, 1998.
- ILBERY, B. W.; KNEAFSEY, M. Producer constructions of quality in regional speciality food production: a case study from south west England. **Journal of Rural Studies**, v.16, p. 217-230, 2000.
- ILBERY, B.; MORRIS, C.; BULLER, H.; MAYE, D.; KNEAFSEY, M. Product, Process and place an examination of food marketing and labelling schemes in Europe and North America. **European Urban and Regional Studies**, London, v. 12, n. 2, p.116-132, 2005.
- KNICKEL, K. Agricultural structural change: impact on the rural environment. **Journal of Rural Studies**, v.6, p.383-393, 1990.
- LAMINE, C. Sustainability and Resilience in Agrifood Systems: Reconnecting Agriculture, Food and the Environment. **Sociologia Ruralis**, v. 55, n. 1, p. 41-61, 2015.
- LANDAIS, E. Agriculture durable: les fondements d'un nouveau contrat social? In: **Courier de l'environnement de l'INRA**, INRA, Paris, n. 33, p. 5-22, 1998.
- LOWE, P.; MURDOCH, J.; MARSDEN, T.; MUNTON, R.; FLYNN, A. regulating the new rural spaces: the uneven development of land. **Journal of Rural Studies**, v. 9, p. 205-222, 1993.
- MATHER, A. S.; HILL, G.; NIJNIK, M. Post-productivism and rural land use: cul de sac or challenge for theorization? **Journal of Rural Studies**, v. 22, p. 441-455, 2006.
- McCARTHY, J. Rural geography: Multifunctional rural geographies - reactionary or radical? **Progress in Human Geography**, v. 29, n. 6, p. 773-782, 2005.
- MIOR, L. C. et al. Inovações organizacionais da agricultura familiar no Sul Catarinense. In: ESTEVAM, D. O.; MIOR, L. C. **Inovações na Agricultura Familiar**: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Editora Insular, p. 21-53, 2014.
- PETRENTCHUK, L. W. **Possibilidades e Desafios do Manejo de Fragmentos de Floresta Ombrófila Mista como Alternativa de Desenvolvimento**: Um estudo com base na realidade socioeconômica ambiental em Canoinhas (SC). Canoinhas (SC): Universidade do Contestado, 2015. 146p (Dissertação defendida no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional).
- PLOEG, J. D. et al. Rural Development: From Practices and Policies towards Theory. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000.

1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional:
Sustentabilidade socioeconômica e ambiental no contexto regional

- PULPÓN, Á. R. R. Producción agroalimentaria de calidad y postproductivismo agrario: El caso de los vinos de pago en Castilla-La Mancha. **Anales de Geografía**, v. 33, n. 2, p. 137-154, 2013.
- ROBINSON, G. (2004). **Geographies of Agriculture: Globalisation, Restructuring and Sustainability**. Pearson Prentice Hall, Harlow. Acesso em 30/09/2015 em; https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=DRitAgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&ots=EH_PHivBrs&sig=BRP0auUIjRf4WVRmM9iXQND1DA0#v=onepage&q&f=false
- ROCHE, M.; ARGENT, N. The fall and rise of agricultural productivism? An Antipodean viewpoint. **Progress in Human Geography**, v. 39, p. 621-635, 2015.
- SCOLARO, T. L.; TABASCO, J. J. P. **Usos do solo e Desenvolvimento Regional: um estudo em municípios do Planalto Norte Catarinense**. Canoinhas: Universidade do Contestado, 2015 (no prelo).
- SCHNEIDER, S.; MENEZES, M. A. Inovação e atores sociais. In: SCHNEIDER, S. et al. (Orgs.). **Sementes e brotos da transição: inovação poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 11-17, 2014.
- SEBASTIÁN, J. B.; GARAU, A. O. Agricultura y Postproductivismo en las Islas Baleares. La payesía isleña en los albores del Siglo XXI. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XVI, n. 393, 2012.
- TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 75, p. 55-75, 2015.
- WALFORD, N. Agricultural adjustment: adoption of and adaptation to policy reform measures by large-scale commercial farmers. **Land Use Policy**, v. 19, p. 243–257, 2002.
- WALFORD, N. Productivism is allegedly dead, long live productivism: evidence of continued productivist attitudes and decision-making in South-East England. **Journal of Rural Studies**, v.19, p. 491-502, 2003.
- WARD, N.; JACKSON, P.; RUSSELL, P. WILKINSON, K. Productivism, Post-Productivism and European Agricultural Reform: The Case of Sugar. **Sociologia Ruralis**, v. 48, n. 2, p. 118- 132, 2008.
- VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE. J-P (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**. Subsídios para uma apolítica de fomento. Florianópolis: APED/Secco, p. 27-47, 2010.

1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional:
Sustentabilidade socioeconômica e ambiental no contexto regional

WILSON, G. A. From productivism to post-productivism... and back again? Exploring the (un)changed natural and mental landscapes of European agriculture. **Transactions of the Institute of British Geographers**, n. 26, p. 77-102, 2001.

WILSON, G. A. **Multifunctional agriculture**: A transition theory perspective. Wallingford, UK: CAB International, 2007.

WILSON, G. A.; RIGG, J. 'Post-productivist' agricultural regimes and the South: Discordant concepts? **Progress in Human Geography**, v. 27, p. 681-707, 2003.

WOODS, M. **Rural**. London, UK: Routledge, 2011.

¹ Neste texto não abordaremos estas concepções teóricas. Recomendamos a leitura de Dallabrida (2013; 2014; 2015a) e Vieira et al. (2010).

² Tema dos estudos no Estágio Pós-Doutoral: *Contribuição ao desenvolvimento territorial através da avaliação nutricional de solos e plantas de ervas nativas, como estímulo à produção orgânica sustentável, no Planalto Norte Catarinense*. Dois autores deste texto, Valdir e Eliziane são, respectivamente, orientador e orientada.

³ Para uma caracterização mais aprofundada desta realidade, ver Petrenchuk (2015). Nesta obra são apresentadas uma série de alternativas para o recorte territorial em referência, a qual pode ser acessada em: http://www.unc.br/mestrado/editais/DISSERTACAO_POSSIBILIDADES_E_DESAFIOS_DO_MANEJO_DE_FRAGMENT_FINAL.pdf.